

SANEAMENTO EM COLAPSO PRIVATIZAÇÃO, DESAFIOS E INCERTEZAS



INFORMATIVO

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PÁRÁ

28 DE MARÇO 2025

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará (SENGE) vem a público manifestar sua indignação diante da atual situação do saneamento no Estado. Precisamos ressaltar que além de amargar prejuízos de sucessivas más gestões da Política Pública, a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), sofre os efeitos do abandono. A companhia está desvalorizada e sucateada.

Nesse contexto, referimo-nos aos governos, conselhos administrativos da COSANPA e suas diretorias, reconhecendo, porém, exceções. Também enfatizamos que de 144 municípios do Estado, na fase de sua maior abrangência, chegou a operar em 64 municípios. Atualmente, a operação da Companhia é restrita a apenas 52 municípios.

Gostaríamos de nos dirigir, principalmente, à classe política em geral, que, via de regra, sempre tratou e continua tratando, o setor com total descaso, apesar de ter plena ciência de que saneamento é sinônimo de saúde e dignidade, pois atua na prevenção de diversas doenças. É importante ressaltar que o Estado do Pará figura há décadas, entre os demais estados do país, como um dos últimos colocados na classificação do Setor de Saneamento (abastecimento de água e esgoto sanitário). Mesmo nesse cenário caótico, não houve políticas públicas concretas e eficazes para reverterem os lastimáveis indicadores. Ademais, ao longo dos anos não houve ações governamentais comprometidas com as transformações necessárias, como ocorreu no estado do Ceará, que, mesmo enfrentando a escassez de água, conseguiu avançar significativamente, por meio de uma gestão comprometida e séria.

Será que esse descaso local está relacionado à localização estratégica do Pará, a Terra do rio tamanho do mar?

No dia 23 de dezembro de 2023 (às vésperas do Natal), sem debate com a sociedade, testemunhamos a votação do projeto de lei que, posteriormente, se tornou a Lei Complementar nº 171, dando início ao processo de concessão/privatização dos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário no Estado do Pará. Durante aquela votação, percebemos que muitos dos "nobres" deputados que votaram pela aprovação do então projeto de lei, sequer entendiam sobre a importância da pauta que estavam validando, escancarando o descompromisso com todos que os

colocaram como seus representantes.

Em 25/03/2025, às vésperas do Leilão Internacional que ocorrerá em 11 de abril de 2025, o SENGE retornou à ALEPA para acompanhar os discursos de alguns deputados que subiram à tribuna para expressar preocupações com o encaminhamento que será dado aos empregados efetivos da COSANPA e, para enfatizar sobre a necessidade de debates necessários a respeito dos prejuízos à população paraense, e do alcance efetivo da tão almejada universalização do saneamento, no estado.

Durante o retorno à Casa Parlamentar, foi percebido, mais uma vez, que vários políticos — com raras exceções — ignoravam que a concretização das votações realizadas em dezembro de 2023 se dará em 11 de abril, que, na prática, resultará na entrega dos sistemas públicos estadual e municipais à iniciativa privada, sob a condução do governador Helder Barbalho.

Nesse processo, a COSANPA e os sistemas municipais estão incluídos. Restará à Companhia apenas a operação da produção de água, ou seja, a captação em poços e no rio Guamá, além do respectivo tratamento e bombeamento da água tratada nos municípios de Ananindeua, Belém e Marituba. Tudo isso sob a justificativa de universalizar e melhorar os serviços, demonstrando que o Estado foi incompetente para gerir uma importante Política Pública, passando então sua responsabilidade ao ente privado, o qual todos sabemos quais são seus principais objetivos: o lucro. Restará o prejuízo à sociedade local: altas tarifas e uma relação endurecida com o monopólio privado, realidade essa já duramente sentida pela empobrecida população paraense. Enfatizamos, ainda, que se a iniciativa privada resolverá o problema do saneamento no Estado, por que a sorrateira política de universalização adotada foi restrita à área urbana, tendo sido excluída a população rural do estado, correspondente a 25% da população?

Diante disso, o SENGE questiona: o que o Governo do Estado está fazendo para garantir que o saneamento em todo o território paraense seja universalizado e qual a garantia de que a COSANPA, a partir de 11 de abril, reduzida, conseguirá, de fato, promover melhorias efetivas em suas atividades remanescentes? Até hoje, o presidente da COSANPA não foi capaz de nos dar essa resposta! Por que, também, que ao se falar em Política de Saneamento, todo o peso da inoperância do setor recai sobre a operadora COSANPA, excluindo desse rol o Governo do Estado que nunca teve uma Secretaria de Estado que pautasse a política e o debate sobre o Setor de Saneamento em todo o território paraense?

O que o SENGE e os empregados efetivos da COSANPA, de fato, sabem, é que a Companhia nunca esteve em um estado tão degradante e decadente. Se o Governo do Estado e toda a classe política nos âmbitos federal, estadual e municipal não se conscientizarem de que o Setor do Saneamento, merece respeito, nada mudará!



ESTADO DO PARÁ



((91) 3249-6710/ (91) 9 9146-8873



sengepa@sengepa.com.br



② @senge.pa



www.sengepa.com.br

